

UMA ANÁLISE TEÓRICA SOBRE A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO CONTEXTO BRASILEIRO A PARTIR DE 2020

Luana Eduarda Resende da Costa¹

Prof. Coautor MSc. Clodoaldo Fabrício José Lacerda²

RESUMO:

A educação financeira é um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que ajudam as pessoas a gerenciar suas finanças de forma eficaz. Ela envolve a compreensão de conceitos como orçamento, poupança, investimentos e planejamento financeiro. O presente estudo teve como objetivo realizar uma análise teórica acerca da educação financeira no contexto brasileiro de 2020 a 2024. Sabe-se que a relevância deste tema decorre da importância de oferecer subsídios que auxiliem na formulação de práticas mais inclusivas e eficazes. Dessa forma, tem-se como objetivo geral do presente estudo, analisar de que forma se restaurou a Educação Financeira no Brasil após o grande impacto causado pela pandemia a partir do ano de 2020. Utilizou-se como base no presente estudo a metodologia advinda uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, pautada pelo estudo bibliográfico, bem como livros, artigos acadêmicos e pesquisas. Com base em seu contexto histórico, a pesquisa buscou elucidar a importância da educação financeira desde as civilizações antigas e asseverou que apesar dos esforços, tanto pelo poder público quanto pelo privado, ainda há uma grande lacuna na prática e na compreensão pela educação financeira. Contudo, a pesquisa ainda mostrou que apesar da queda na renda e o aumento do endividamento, durante a pandemia da COVID-19, realçaram a importância do letramento financeiro, embora o nível de conhecimento ainda continue baixo.

Palavras-chave: Contexto Histórico - Educação Financeira - Endividamento - Impactos pós pandemia.

1) INTRODUÇÃO

É notório que a educação financeira possui um papel de suma importância no dia a dia dos brasileiros, se tornando um dos pilares indispensáveis para a construção de uma sociedade mais consciente e capaz de tomar decisões responsáveis no que se refere aos rendimentos econômicos. Costa e Souza (2023) destacam que sem conhecimento e habilidades para administrar o dinheiro, os resultados das ações podem impactar negativamente nos rendimentos

¹Graduanda do curso de Administração da AFYA Centro Universitário de São João Del Rei – E-mail luanaerclld16@gmail.com

² Professor do curso de Administração da AFYA Centro Universitário São João Del Rei – Email clodoaldo.lacerda@afya.com.br

obtidos. Tem-se como exemplo desses resultados, o impacto sofrido na economia brasileira no período de 2020 a 2024.

A relevância deste estudo decorre não apenas da necessidade de ampliar a discussão teórica sobre o tema, mas também de oferecer subsídios que auxiliem na formulação de práticas mais inclusivas e eficazes. Para um estudo mais detalhado dos efeitos incidentes na economia, se faz necessário examinar o contexto histórico da educação financeira, bem como examinar como estava a educação financeira.

Tem-se como problema de pesquisa: De que forma as ações de educação financeira promovidas a partir de 2020 têm alcançado seus objetivos de transformação no comportamento e na cultura financeira da sociedade brasileira?

Para mais, o presente artigo terá como objetivo geral, pormenorizar de que forma se restaurou a Educação Financeira no Brasil após o grande impacto causado pela pandemia a partir do ano de 2020.

Inicialmente, o referido artigo examinará o contexto histórico da educação financeira, resgatando os marcos conceituais que moldaram o tema no cenário brasileiro entre 2020 e 2024. Além disso, será abordada a criação da Organização Europeia de Cooperação Económica (OCDE), cujo objetivo é a boa governança estatal e empresarial, o desenvolvimento social e o crescimento econômico por meio de cooperação institucional e política. Por outro lado, destacaremos a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), cuja finalidade é promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País, bem como contribuir para o fortalecimento da cidadania.

Em seguida, o segundo objetivo a ser abordado, será aferir os impactos econômicos da educação financeira após a Pandemia da COVID-19. Diante da crise deflagrada, famílias perderam suas rendas e empregos, aumentando o endividamento. Logo, visando amenizar os impactos, medidas foram implementadas pelo Banco Central para amenizar a situação. Ocorre que, mesmo diante de um cenário de dúvidas e incertezas, a procura por educação financeira aumentou, destacando a sua importância para o planejamento financeiro familiar.

Por fim, nas perspectivas dos objetivos, o artigo realizará uma análise sobre o nível da educação financeira. Para isso, será utilizada como referência a pesquisa realizada em 2025, pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a qual teve como resultados que 55% da população entrevistada possui baixo conhecimento sobre educação financeira. Tal fato, enfatiza o grau de carência dos brasileiros com baixo acesso a informações, especialmente entre os grupos sociais mais vulneráveis.

Diante desse contexto, o presente artigo se justifica em razão da importância de analisar os desafios da educação financeira no Brasil após a COVID-19, ressaltando como as iniciativas de educação financeira têm influenciado a mudança na cultura econômica do país. A educação financeira é considerada fundamental para formar cidadãos mais conscientes e capazes de melhorar sua qualidade de vida, especialmente diante das desigualdades agravadas pela crise. O tema é relevante social e academicamente, contribuindo para ampliar o debate sobre práticas educativas mais inclusivas e eficazes, além de oferecer subsídios para aprimorar a educação financeira no Brasil atual.

O presente estudo utiliza uma abordagem qualitativa, propondo analisar sob uma perspectiva teórica, fundamentada em análises bibliográficas, explorando produções acadêmicas que possuem como tema a Educação Financeira. Dito isso, optou-se pela pesquisa bibliográfica devido à sua importância na obtenção de uma visão ampla do tema. Essa abordagem metodológica permite a revisão e análise aprofundada de fontes, essenciais para a construção de um referencial teórico robusto e bem fundamentado.

Este trabalho apresentará inicialmente a metodologia adotada e, em seguida, discutirá os resultados obtidos, abordando o contexto histórico, os impactos ocorridos entre os anos de 2020 e 2024 no que se refere à Educação Financeira e, será realizada uma análise sobre o nível de conhecimento e compreensão das pessoas a respeito desse tema. Por último, serão expostas as considerações finais, onde conclui-se que diante dos resultados apresentados, há muito o que se melhorar em questão de Educação Financeira e sua aplicação.

2) REFERENCIAL TEÓRICO

Dentro do referencial teórico proposto pretende-se realizar uma abordagem teórica sobre educação financeira de forma a se compreender como ela se estrutura e depois quer-se apresentar um contexto histórico e conceitual sobre ela de forma a entender a evolução e uso dessa ferramenta de sensibilização das pessoas no contexto financeiro.

2.1) UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira é compreendida como o processo que capacita o indivíduo a administrar seus recursos financeiros com mais consciência e responsabilidade. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005), trata-se do

desenvolvimento de habilidades para compreender conceitos financeiros e básicos como planejar, poupar, investir e tomar decisões coerentes para sua vida ou seu negócio.

Acerca da Educação Financeira pode-se dizer que:

O processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2013, p. 15).

Podemos dizer que, no contexto brasileiro, a educação financeira tem ganhado espaços nas discussões sociais e educacionais, sobretudo diante do cenário econômico como inflação, desemprego e o endividamento que vem sempre crescendo. Esses fatores ajudam a compreender a necessidade de preparar os cidadãos para lidar de forma crítica e estratégica com o dinheiro, evitando escolhas que comprometam sua estabilidade financeira.

A esse respeito, Robertt Kiyosaki e Sharon L. Lechter (2018, p.55), em sua obra *Pai Rico, Pai Pobre*, elucida que “O que define um ativo não são as palavras, mas os números. E se você não puder ler os números você não pode distinguir um ativo de um buraco chão.”

Essa afirmação reforça a ideia de que o equilíbrio financeiro não depende apenas da renda obtida, mas, principalmente, da capacidade de administrar e preservar os recursos de forma eficiente.

Observa-se que a educação financeira vai além da simples gestão de receitas e despesas, estando diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma postura consciente e preventiva diante das oscilações econômicas e dos desafios impostos pelo cenário social e político brasileiro.

Podemos dizer que nos últimos anos, entre 2020 e 2024, o Brasil passou por transformações significativas no campo econômico e social, impulsionado por fatores como a pandemia Covid-19, o aumento do custo de vida e as mudanças na forma de consumo. Tais acontecimentos trouxeram à tona a importância de uma base sólida da educação financeira, uma vez que muitos cidadãos se viram obrigados a organizar novamente seus orçamentos e revisar seus investimentos.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2022), a educação financeira é um dos pilares da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), a qual possui como política pública promover o conhecimento e a conscientização financeira em todo o território nacional. Esta iniciativa busca desenvolver competências que ajudem as pessoas a tomarem decisões

financeiras autônomas e responsáveis, e contribuir para o fortalecimento da cidadania e o desenvolvimento econômico sustentável.

Ainda neste contexto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2018, inclui a educação financeira como tema transversal nas escolas brasileiras, onde abordam desde o ensino fundamental noções sobre consumo consciente, planejamento e poupança. Segundo Costa (2021, p.112), “a inserção da educação financeira no currículo escolar é uma estratégia preventiva e formativa, que visa promover a autonomia e o pensamento crítico dos jovens diante das decisões econômicas cotidianas”.

Pode ser dizer que, apesar dos avanços obtidos, a educação financeira no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. A desigualdade social, a baixa escolaridade e a falta de acesso a informações de qualidade continuam limitando o alcance das ações educativas, especialmente entre as populações de baixa renda. A maioria da população ainda associa a educação financeira apenas ao ato de economizar, sem compreender sua dimensão estratégica voltada para o planejamento, investimento e segurança futura.

Segundo Souza e Pereira (2023, p.49), “a educação financeira, quando bem estruturada atua como instrumento de transformação social, mas sua efetividade depende da integração entre políticas públicas, instituições financeiras e o sistema educacional”.

A cultura do consumo imediato, reforçada pela publicidade de acesso ao crédito, contribui para o aumento do endividamento e dificulta a consolidação de hábitos financeiros saudáveis. Nesse sentido, Paladini (2012) destaca que o comportamento consciente e o controle das finanças são fatores determinantes para a estabilidade econômica individual e coletiva.

Observa-se que a educação financeira deve ser compreendida como um processo contínuo e essencial para o desenvolvimento social e econômico do país. Seu desenvolvimento depende do comprometimento de diversos setores da sociedade e da ampliação das iniciativas de formação e conscientização. Através de uma educação financeira efetiva e acessível será possível construir uma sociedade mais preparada para enfrentar os desafios econômicos e capaz de promover uma cultura de planejamento e responsabilidade.

Tem-se que a Educação Financeira é o processo em que pessoas ampliam suas habilidades e compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros, para gerirem as oportunidades e riscos. Para Banoni (2021) o papel Educação Financeira é:

O papel da Educação Financeira ao ato de ensinar o planejamento, munindo o cidadão de conceitos e informações e outorgando ao professor de Matemática a função de ensinar os cálculos necessários para tal. Dessa forma, o cidadão é o único responsável pelo endividamento, anulando-se outras variantes tão importantes quanto o planejamento para se discutir a questão, como a renda e sua suficiência para uma vida digna, o desemprego e o subemprego, entre outras. Esses são apenas alguns exemplos

que mostram que é preciso considerar outras análises para se pensar uma situação financeira desfavorável. (Banoni, Ana. p. 19)

Entendido os conceitos mais relevantes e importantes no contexto teórico da educação financeira pretende-se na sequência aprofundar nos conceitos e conhecer do contexto histórico em que a mesma é desenvolvida.

2.2) CONTEXTO HISTÓRICO E CONCEITUAL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL

A Educação Financeira possui raízes na civilização antiga, sua história consiste em uma análise do desenvolvimento e da evolução dos conceitos, estratégias e práticas voltadas ao uso do dinheiro ao longo dos anos. Compreender sua evolução histórica e os diferentes costumes culturais se faz fundamental para analisar as práticas atuais e projetar suas perspectivas futuras, visto que possibilita ter uma compreensão mais abrangente da estrutura da gestão financeira.

Segundo o site JERA CAPITAL (2024), um dos primeiros registros de transações financeiras referenciam a Mesopotâmia, onde se era utilizado como pagamento, grãos e gados. Enquanto na Grécia Antiga, a moeda cunhada, produzida a partir de metais como prata, ouro, cobre ou bronze, foi inserida por volta do século VII a. C, promovendo a expansão do comércio e o desenvolvimento econômico.

Extraí-se ainda do site JERA CAPITAL (2024) que, a partir dessa época, a Educação Financeira foi submetida a inúmeras transformações ao longo do tempo, tendo como uma importante influência na Idade Média o papel da igreja católica, a qual impunha regras e regulamentos para as movimentações comerciais. Prosseguindo com as transformações, durante o Renascimento, surgiu as instituições bancárias, fato que contribuiu para que prática do planejamento financeiro se consolidasse, sobretudo com a expansão do Mercantilismo.

Observa-se que a Revolução Industrial, marcada por significativos avanços em inovação e investimento, impulsionou o desenvolvimento de bancos comerciais e a necessidade de novas estratégias na gestão do capital. Outrossim, o século XX foi marcado por acontecimentos que consolidaram e expandiram o mercado financeiro, sendo impulsionado pela criação de bolsas de valores.

Dentre esses acontecimentos, Silva, em sua matéria no site Brasil Escola, destaca que a Crise ocorrida em 1929, impactou de forma severa a vida financeira dos brasileiros. Também conhecida como a grande depressão, a Crise fez com que o índice de desempregados aumentasse, bancos declarassem a falência e a recessão se alastrasse pelo mundo.

Entretanto, apesar do Brasil ter sofrido indiretamente os efeitos da crise em suas exportações, por ter na época o café como principal produto de exportação, gerou uma inconsistência, veja-se:

O Brasil também sentiu os impactos da Crise de 1929. A área que sofreu mais com a recessão econômica foi a de produção do café – o principal produto de exportação do país. O Brasil era responsável por cerca de 70% do café comercializado no mundo, e o principal consumidor da nossa mercadoria eram os Estados Unidos (compravam cerca de 80% do nosso café). (Silva, s.d)

Eventos como a Crise de 1929 (Silva, s.d), demonstrou a carência existente desde essa época de um planejamento financeiro. Desde então, a Educação Financeira revelou-se fundamental para a formação de cidadãos instruídos para gerir os recursos de forma eficiente e com responsabilidade.

Continuando, Euclides Ribeiro (2020), relembra que a economia brasileira enfrentou um período de instabilidade que perdurou por quase meio século, “Entre 1940 e 1994, mudamos de moeda oito vezes. A economia era sufocada por uma inflação arrasadora e qualquer tentativa de planejamento financeiro tinha resultados desanimadores”.

Toda essa instabilidade sofrida durante anos devido aos problemas com a moeda corrente do país, alta índice de inflação só foi solucionada com o surgimento do Plano Real em 1994. No entanto, essas ocorrências demonstraram a necessidade de se atentarem para a Educação Financeira e países começaram adotar políticas públicas e programas de educação financeira, visando promover a inclusão no mercado e preparar consumidores mais conscientes.

Até o fim dos anos 1990, o assunto educação financeira concentrava-se nas “dicas de investimento” dos especialistas em produtos do mercado financeiro, ensinando como preservar ou multiplicar recursos a partir da compra de títulos dos bancos, títulos públicos ou ações das empresas. Essas dicas eram, e ainda são claramente voltadas àquelas pessoas que de alguma forma já possuem recursos disponíveis que podem ser alocados por certo tempo em algum dos produtos existentes no mercado. O foco nesses casos nunca foi o de tentar mostrar o caminho para a organização de um plano que resultasse em poupança. (Araujo, Calife, p.1, ano 2014)

Ademais, no fim do século XX, fatores determinantes referentes ao conceito e a prática da Educação Financeira começaram a ganhar um novo rumo, veja-se:

No fim do século XX, a educação financeira se resumia apenas a assuntos associados a investimentos, onde apenas pessoas com um maior poder aquisitivo, entendiam sobre essa questão e, com isso, podiam se beneficiar desse ramo tão atual. Com a melhora da situação econômica a partir de 1999, alguns fatores foram importantes para impulsionar a prática da educação financeira no Brasil: o controle da inflação, o aumento da bancarização e o maior acesso ao crédito. Antes do Plano Real, em momentos em que o governo não conseguia controlar a inflação, era normal ocorrer a movimentação de gastar o seu próprio dinheiro comprando bens, por exemplo, uma vez que, o indivíduo não tinha o conhecimento que aquele dinheiro valia no dia seguinte. Porém, essa movimentação de gastar o próprio dinheiro ao invés de fazer

uma reserva para emergências ou situações do tipo ainda não são comuns no país nos dias atuais. (Boullosa, Araújo, Vieira, pag. 907, 2020)

Continuando, nota-se que o tema, Educação Financeira, se tornou ainda mais consolidado após a Crise de 2008, evento considerado por inúmeros economistas, mais grave desde a Grande Depressão, ocorrida em 1929. Boullosa, Araújo, Vieira (2020), ressalta que devido aos impactos globais, muitos países reconheceram a importância da Educação Financeira como ferramenta fundamental para garantir estabilidade econômica para os cidadãos.

Criada em 1948, criada em Paris, na França, cujo o objetivo era fazer com que a economia europeia se restabelecesse após a Segunda Guerra Mundial, a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), continha inicialmente 16 países, acompanhados pelos Estados Unidos (EUA) e pelo Canadá. Piseta, Ceolin (2025), complementam que:

A origem da OCDE remonta à reconstrução da Europa no pós-guerra. Com o [Plano Marshall](#) (um plano no qual os Estados Unidos enviou ajuda externa à Europa para a sua reconstrução após a [Segunda Guerra Mundial](#)), os países da Europa Ocidental criaram a Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OECE) para coordenar a distribuição dos recursos de ajuda externa enviada pelos Estados Unidos ao continente europeu. (Piseta, Ceolin, 2025)

Após concluíram os objetivos no continente europeu, a OECE sofreu uma importante transformação. Em 1960, representantes de 20 países, sendo 18 europeus e os Estados Unidos e o Canadá, assinaram em Paris a Convenção que transformava a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Vigorando a partir de 1961 e ficando conhecida como “Clube dos Ricos”, tal mudança visava alavancar o crescimento econômico, promover o emprego e a elevação de vida nos países membros e contribuir para o crescimento do comércio global. Piseta e Ceolin, 2025, concluem que: “Afim, uma boa governança entre as instituições, garante o livre funcionamento do mercado, o cumprimento dos direitos de propriedade, e uma boa coordenação entre os setores público e privado, bem como o Terceiro Setor.”

Dando sequência, a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) se deu nos anos de 1990:

O Brasil participa das reuniões da OCDE desde 1996, quando aderiu ao Comitê do Aço. Em 2007, o Brasil foi convidado e aderiu ao Programa de Engajamento Ampliado e, em 2012, foi elevado a Parceiro Chave, juntamente com China, Índia, Indonésia e África do Sul. Em 2015, o Brasil assinou Acordo de Cooperação com a OCDE, instituindo um Plano de Trabalho para aproximação com a instituição, em meados de 2017, o Brasil se tornou o primeiro Parceiro Chave a formalmente solicitar a acesso a membro pleno da OCDE e em 2022 o Brasil recebeu o convite da OCDE para iniciar o processo de acesso. Além do Brasil, a OCDE formalizou o mesmo convite a outros cinco países: Argentina, Peru, Romênia, Bulgária e Croácia.

Isto posto, a OCDE, possibilitou uma cooperação nas relações econômicas entre os países membros, e, em função do seu papel, aconselhou aos seus países membros a promoção da educação financeira entre seus cidadãos, de modo que abordassem uma série de princípios e boas práticas para fomentar programas de educação financeira (OCDE, 2005). Tendo suas atividades são divididas em:

(i) o levantamento de estatísticas e elaboração de estudos e análises pelo secretariado; (ii) discussão sobre políticas públicas e intercâmbio de experiências nacionais; (iii) negociação eventual de instrumentos; e (iv) avaliação de políticas públicas e compromissos nacionais, no marco de revisões por pares. (Banoni, p.40, 2018).

Continuando, devido ao crescimento do consumo do cidadão, considerado de médio porte, em meados dos anos 90, elevou a preocupação de direcionar a população sobre o consumo em excesso. Dito isso, Vieira e Pessoa, 2020, destacam que “As condições desse período começavam a permitir que o planejamento financeiro, para a classe média brasileira, fosse um objetivo possível”.

Se baseando no que era proposto na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como iniciativa, o Brasil criou a ENEF, estabelecida em 2010 com o objetivo de promover a educação financeira e securitária no Brasil.

Tem-se como principal objetivo impulsionar nas escolas uma prática sobre a educação financeira

Uma iniciativa de órgãos governamentais que busca realizar nas escolas uma prática de ensino sobre Educação Financeira, utilizando-se de diversos meios como de cursos em seu site, livros destinados a um determinado público-alvo, como também organiza vários dados estatísticos para evidenciar a expansão do ensino. (Oliveira, Oliveira, Alves, pag.4, ano 2020).

Pode se afirmar, que a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) visa promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal. Sendo coordenada pelo Comitê Nacional da Educação Financeira (CONEF), busca compreender e desenvolver ações que incentivam as pessoas a administrar melhor seus recursos econômicos, planejar o futuro e tomar decisões conscientes em relação ao dinheiro.

Tal iniciativa visa promover programas educativos em escolas, comunidades e em meios digitais, envolvendo parcerias entre órgãos públicos, instituições financeiras e organizações da sociedade civil. Sendo tal projeto de suma importância, pois visa capacitar cidadãos para lidar com o consumo, o crédito e o endividamento, fortalecendo a estabilidade econômica e social do país.

3) METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou uma abordagem qualitativa, fundamentada nos métodos bibliográficos, livros, artigos acadêmicos e pesquisas. A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam a temática da educação financeira no contexto brasileiro, especialmente após o ano de 2020 no contexto pós-pandemia da Covid-19. Esse levantamento teórico teve como objetivo fundamentar teoricamente o trabalho, reunindo contribuições de diferentes autores e instituições que abordavam a importância da educação financeira para o equilíbrio econômico e social.

Buscou-se identificar teorias e definições de relacionados sobre a educação financeira e compreender de que forma a falta dela impacta a sociedade. Além disso, também foi realizada a análise de materiais relacionados a alfabetização financeira e o papel da educação financeira durante crises com a finalidade de obter subsídios para a realização de análise mais aprofundada sobre o tema abordado.

A pesquisa descritiva conforme destaca Gill (2008) “tem como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis” onde busca observar, registrar e analisar fenômenos sem interferência do pesquisador, permitindo compreender o comportamento e as características da educação financeira no período de 2020 a 2024.

Segundo Gill (2008, p.44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Seu principal objetivo é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto”.

Portanto, a metodologia adotada possibilitou uma base teórica e coerente com o objetivo, servindo de suporte para análise e a reflexão crítica acerca da evolução e dos desafios da educação financeira no Brasil.

4) RESULTADOS E DISCUSSÕES

Será abordado neste capítulo a trajetória histórica, os impactos econômicos sofridos entre os anos de 2020 a 2024 e o nível da educação financeira dos brasileiros. Evidencia-se com o presente estudo que a educação financeira possui uma relevância na formação de cidadãos mais preparados e conscientes para os desafios econômicos contemporâneos.

Em primeiro momento, será analisado a evolução histórica desde as civilizações antigas até a sua consolidação como política pública no país, por intermédio da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Posteriormente, será analisado os impactos econômicos na da Educação Financeira na vida da população brasileira após a pandemia da COVID-19,

analisando como a crise sanitária intensificou o endividamento e, simultaneamente, despertou o interesse pelo letramento financeiro.

Para encerrar, será desenvolvido uma análise acerca do nível de educação financeira entre os brasileiros com baixo acesso à informação, evidenciando a importância de políticas educacionais inclusivas e de iniciativas que promovam o ensino de finanças pessoais desde a educação básica, como meio de reduzir desigualdades sociais e fomentar uma sociedade economicamente mais equilibrada.

4.1) IMPACTOS ECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA VIDA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA APÓS A PANDEMIA COVID-19.

Em 2020, a comunidade global deparou-se com a disseminação de um vírus considerado o mais grave. A COVID-19, sigla para Coronavirus Disease 2019, é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, pertencente à família Coronaviridae, foi identificada pela primeira vez em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China, a doença se disseminou rapidamente pelo mundo, sendo declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020.

A infecção pode provocar sintomas variados, como febre, tosse seca, fadiga, perda de olfato e paladar, além de quadros respiratórios graves em alguns pacientes. A transmissão ocorre principalmente por meio de gotículas respiratórias expelidas por pessoas infectadas ao falar, tossir ou espirrar. Segundo o Ministério da Saúde do Brasil, medidas como distanciamento social, uso de máscaras e vacinação foram fundamentais para o controle da disseminação do vírus.

A pandemia da COVID-19 afetou diretamente as famílias brasileiras em suas nas relações de consumo, queda na renda, como por exemplo a perda do emprego, bem como no endividamento. Em que pese ter se passado anos desse ocorrido, seus reflexos ainda persistem.

Dweck, Rossi, Oliveira (2020), elucidam em sua obra que:

A pandemia da Covid-19 causou um sério problema político ideológico para a maioria dos economistas e *policy makers* liberais brasileiros. Antes da eclosão da crise, eram e recorrentes as frases como “o Brasil está quebrado” ou “o dinheiro acabou”. As políticas de combate à pandemia que levaram a uma forte ampliação do gasto/déficit público desnudaram o caráter ideológico de tais afirmações. (Dweck, Rossi, Oliveira, p. 50, 2020)

Neste sentido, os autores ainda completam que:

Com a pandemia da Covid-19 ficou nítido o que economistas heterodoxos sempre argumentaram de que não, o país não quebrou e o dinheiro não vai acabar enquanto o Estado puder exercer suas funções fiscais na sua própria moeda e alocar recursos a partir das escolhas da sociedade. No entanto, é fato que o Brasil apresentava, mesmo antes da pandemia, um déficit público elevado se comparado a períodos anteriores, e

houve um aumento da dívida pública desde 2014. (Dweck, Rossi, Oliveira, p.69, 2020)

Considerando esse panorama de incertezas e instabilidade, as famílias brasileiras viram-se em situações de endividamento. As paralisações das atividades econômicas, como por exemplo os lockdowns, provocaram um declínio na renda das famílias, principalmente daqueles que trabalhavam de forma autônoma, informais e de baixas ocupações.

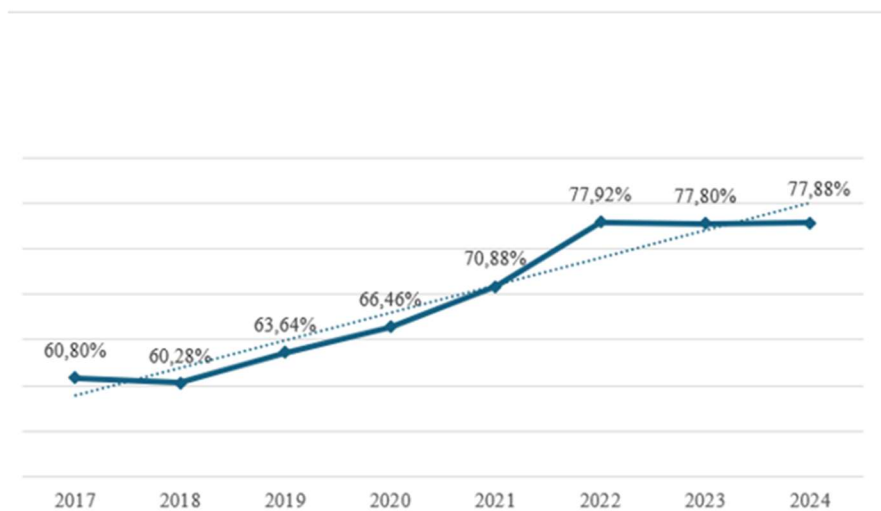
Devido ao impacto econômico nas famílias gerado pela crise, proveniente da pandemia, um grande número de pessoas perdeu ou teve sua jornada de trabalho reduzida e consequentemente, diminuição dos seus recursos financeiros. Nos dados apresentados por Opinion Box (2020), 22% dos entrevistados relataram estar sem trabalhar, no contexto da pandemia, crescendo para 26%. Além disso, em um estudo realizado pelo Sebrae (2020), para avaliar o impacto da pandemia do coronavírus nas pequenas empresas, mostra que entre as micro e pequenas empresas, 34,2% relataram perda total de seus negócios e não realizaram nenhuma atividade econômica, aumentando para 52,2% nos microempreendedores individuais, ficando assim impossibilitados de realizar suas operações. (Melonio, Cezère e Oliveira, p. 5, 2021)

Extraí-se do artigo publicado por Carvalho e Pereira (2023), que o endividamento o endividamento em de 2020 era de 66,35%, de acordo com a Peic/CNC, veja-se:

A problemática que envolve o endividamento das pessoas é assunto recorrente em diversos países e, como é de se esperar, no Brasil não é diferente o ano de 2020, a pesquisa da Peic/CNC, evidenciou que o endividamento do brasileiro atingiu, em dezembro, o percentual de 66, 3% enquanto que no mesmo período do ano anterior (2019), o endividamento era de 65,6%. Desses endividados, em dezembro de 2020, o percentual de 11,2% das famílias não teria condições de pagar, o que também aumentou quando comparado a porcentagem do mês dezembro/2019 (10%). Além disso, o nível de inadimplência também alcançou patamares que, há anos, não se via. Isso porque até agosto de 2020, o índice de inadimplência estava em 26,7%, bem diferente dos 24,3% registrados no mesmo período do ano anterior (CNC, 2020). A elevação desses índices encontra justificativa –pelo menos parcialmente– na alteração da dinâmica social e econômica decorrente da pandemia de Covid-19. (Carvalho e Pereira, p. 8, 2023)

Tem-se que a análise comparativa entre os anos de 2019 e 2020 demonstra o agravamento da situação das famílias nesse período, evidenciando a elevação do percentual de famílias endividadas, que passou de 10% para 11,2%.

Gráfico 1 - Evolução histórica do percentual de famílias endividadas no Brasil de 2017 a 2024



Fonte: Elaborado a partir da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC/CNC)

Ademais, visando de minimizar os impactos sofridos, o Banco Central do Brasil (BCB) adotou diversas medidas para conter os impactos econômicos da pandemia como: reduziu a taxa Selic de 4,25% a.a, em março, para 2,0%a.a, em agosto, sendo assim, implementou a maior injeção de liquidez e liberação de capital com o potencial de aumento de crédito de até 20% do Produto Interno Bruto (PIB). Com esse resultado as medidas implementadas, os indicadores mostraram sinais de recuperação da atividade econômica a partir do segundo trimestre do ano de 2020.

Dando sequência, a crise econômica deflagrou a necessidade de muitos brasileiros de repensar e reavaliar suas práticas financeiras. Sousa e Lucena (2021), salientam que o cenário de modificações provocados pela COVID-19 e suas demais mudanças, acentuaram a importância da Educação Financeira e dos fatores que influenciam seu aprendizado.

Continuando, Yazbek (2020), em seu artigo, mostra que segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva, a pandemia elevou o interesse por educação financeira. A pesquisa realizada em outubro do ano de 2020, com 1.500 pessoas, mostrou que “três em cada dez brasileiros passaram a atrasar mais o pagamento de contas durante a pandemia e 51% disseram estar insatisfeitos com a situação financeira atual”.

Extrai-se do artigo que:

...nos últimos 12 meses, sete em cada dez entrevistados passaram pela experiência de ver as contas não fecharem; e 58% disseram que a atual condição financeira impede a realização de objetivos que consideram importantes. No longo prazo, o quadro não muda muito: apenas 31% se sentem confiantes sobre seu planejamento para a aposentadoria. (Yazbek 2020)

Ocorre que, apesar da situação financeira desfavorável para as pessoas, os dados obtidos na pesquisa revelam que a pandemia impulsionou o interesse em aprender sobre o letramento financeiro. Veja-se:

Cerca de quatro em cada dez entrevistados (41%) passaram a pesquisar mais sobre educação financeira durante a pandemia. Para 47% dos participantes, a pandemia contribuiu para que fossem feitos mais planos sobre o futuro. E 53% disseram que a chegada da Covid os incentivou a sair da zona de conforto. (Yazbek 2020)

Dando sequência, a Serasa em conjunto com o Instituto Opinion Box, realizou uma pesquisa, “Pandemia e os Impactos Financeiros”, entre os anos de 2021 e 2022, entrevistando 2.032 pessoas. Entretanto, constatou que cerca de 41% das pessoas entrevistadas não tiveram alteração em suas rendas, já cerca de 34% afirmaram que tiveram seu rendimento reduzido.

Adiante, a Serasa em conjunto com o Instituto Opinion Box (2022), constataram também que o custo com as despesas cresceu significativamente, passando de 50% em 2021 para 63% em 2022. Em que pese o aumento de gastos, os entrevistados afirmaram que a pontualidade no pagamento das aumentou de 46% para 56% após o primeiro ano da pandemia.

...mesmo em meio às dificuldades, houve um aumento significativo dos brasileiros que conseguiram pagar em dia uma ampla gama de contas. Eles deram prioridade para os planos de saúde (2022: 88% – 2021: 74%), seguros (2022: 87% – 2021: 73%), serviços de assinatura como Netflix e Amazon (2022: 84% – 2021: 77%), escolas ou faculdades (2022: 82% – 2021: 65%) e aluguel (2022: 81% – 2021: 68%). (Serasa/Opinion Box, 2022).

Cumprе salientar que os impactos da Pandemia foram sofridos de forma diversificada entre as regiões do Brasil. Ademais, trouxe um cenário de incertezas e dificuldades financeiras para as famílias brasileiras.

É sabido que a crise da COVID-19, marcada pela paralisação de negócios, pelo declínio na renda das famílias, como também pelo aumento do endividamento, resultou em uma instabilidade econômica no Brasil. Verificou-se que devido a necessidade de reajuste e reorganização dos gastos, houve um aumento expressivo do interesse das pessoas pela educação financeira.

Sendo assim, em que pese a Pandemia ter sido um dos eventos mais graves da história, expondo a fragilidade de muitas famílias brasileiras, elevou a importância da Educação Financeira. Como foi abordado anteriormente por Yazbek (2020) “cerca de quatro em cada dez entrevistados (41%) passaram a pesquisar mais sobre a educação financeira”, contribuindo para que haja maior conscientização e planejamento financeiro para as famílias brasileiras.

4.2) NÍVEL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS BRASILEIROS COM BAIXO ACESSO A INFORMAÇÕES A PARTIR DE 2020;

A educação financeira, de acordo com o Banco Central, significa o entendimento do que as pessoas e a sociedade compreendam sobre conceitos e produtos financeiros para tomarem decisões conscientes dos riscos e oportunidades no uso do dinheiro. No dia 26 de junho do ano de 2025, a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), realizou uma pesquisa para saber o que a população brasileira entende sobre o que eles compreendem sobre educação financeira.

O levantamento mostrou que 55% dos entrevistados têm baixo conhecimento sobre o assunto. Dos 40% disseram compreender pouco e 15% não têm nenhum conhecimento sobre o assunto. A pesquisa foi realizada pelo Instituto de Pesquisa Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), no qual foram ouvidas três mil pessoas. Os resultados obtidos mostram que houve uma piora em relação aos dados analisados em 2020, além de mostrar também que ocorreu um aumento da procura de serviços de crédito e que 34,2% dos entrevistados afirmam que gastam mais do que ganha.

Diante deste cenário, segundo Souza (2019) a partir de 1990 ocorreu uma expansão no Brasil em relação ao número de crédito liberado para pessoas físicas, sendo que a maior parte foi para a população de baixa renda. Esse aumento na facilidade de obtenção de crédito foi um dos contribuintes para o crescimento do número de endividamento no país.

O Brasil é um país de desigualdades sociais, econômicas e financeiras. Parte considerável da população está desempregada e a outra parte atua na informalidade, o que leva os cidadãos a pegarem empréstimos com juros exorbitantes ou até entrarem em dívidas que os tornam inadimplentes. Percebemos que a acessibilidade de crédito foi facilitada há muitos anos, atitude que acabou por difundir o cartão de crédito no país, tornando umas das modalidades de pagamento mais utilizadas pela população.

Sendo assim, o que preocupa é a falta de percepção da população sobre as altas taxas de juros aplicadas uma vez que:

“O comprometimento do orçamento das famílias com as dívidas têm aumentado, sobretudo, em função da falsa percepção sobre as vantagens do parcelamento das compras. Muitos consumidores não percebem os altos juros que estão embutidos nas prestações” (Ribeiro e Lara, 2016, p.351).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem-se em 2025 inflação em ascensão (4,29% nos primeiros quatro meses de 2022) e o desemprego alto (10,5%), além das taxas de juros básicas como a SELIC em dois dígitos (13,75%).

De acordo com a CNN Brasil, 45% dos brasileiros de 15 anos têm baixo desempenho na alfabetização financeira, os dados fazem parte do levantamento do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), publicado pela Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE). A pontuação média dos estudantes brasileiros no Pisa 2022 foi de 416, abaixo da média da OCDE que é 498. O Brasil ocupa a 18ª posição na lista que conta com 20 países e economias.

Continuando, a pesquisa nos mostra a relação entre o desempenho escolar e os hábitos financeiros dos estudantes, especialmente aqueles nos níveis 4 e 5, apresentam 50% mais probabilidade de comparar preços antes de comprar e 72% mais propensos a economizar dinheiro em comparação com os estudantes de nível 1. Além disso, 64% dos alunos afirmaram conversar regularmente com os pais sobre decisões financeiras, o que se refletiu em um desempenho médio 12 pontos superior. Mais de 80% dos estudantes também relataram ter autonomia para decidir como gastar o próprio dinheiro, obtendo, em média, 30 pontos a mais na avaliação do que os que não possuem essa independência.

O relatório destaca, ainda, a importância da educação financeira como instrumento de combate à desigualdade, recomendando que o ensino sobre finanças pessoais seja acessível a todos os estudantes, independentemente do contexto socioeconômico, e que sejam oferecidos serviços financeiros seguros e adequados à idade. Para os alunos de baixo desempenho, o estudo sugere políticas específicas de apoio que facilitem sua inclusão econômica e social na vida adulta.

A educação financeira pode ser abordada a partir do Ensino Fundamental, por meio da disciplina matemática, pela unidade temática número, como:

Outro aspecto a ser considerado nesta unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. Essas questões, além de promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais dos alunos, podem se constituir em excelentes contextos para as aplicações dos conceitos da Matemática Financeira e também proporcionar contextos para ampliar e aprofundar esses conceitos. (BNCC, 2018. p.269)

Em razão da importância da educação financeira nas escolas é preciso estabelecer metas para que isso seja alcançado. Principalmente, a introdução de conceitos de mercado e de consumo consciente. As escolas podem contribuir na matemática financeira, na leitura, interpretação de dados e na apresentação de formas de investimento. Isso porque, o passo mais importante é mudar a cultura brasileira de gastar uma parte considerável da renda com despesas supérfluas, transformando-a em uma cultura de consumo planejado. A educação financeira

auxilia os consumidores a orçar e gerir sua renda, a poupar e investir e a evitar que se tornem vítimas de fraudes.

5) CONCLUSÕES E PROPOSTAS

O presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise teórica acerca da educação financeira no contexto brasileiro entre os anos de 2020 a 2024, com o intuito de compreender como esse tema tem sido abordado e quais avanços e desafios se evidenciam nesse período. Por meio de uma pesquisa qualitativa, justificando em análises bibliográficas, foi possível observar como a educação financeira tem adquirido crescente relevância no cenário nacional, especialmente diante das transformações econômicas e sociais intensificadas nos últimos anos.

À vista disso, constatou-se que, apesar das ações realizadas a partir de 2020 por órgãos públicos e instituições privadas na promoção da educação financeira, persiste ainda uma lacuna significativa no que se refere à efetiva compreensão e aplicação dos conceitos financeiros pela população. Os estudos analisados indicam que o baixo nível de conhecimento financeiro está associado a fatores como a ausência do tema nos currículos escolares, a insuficiência de políticas públicas contínuas e a carência de hábitos financeiros conscientes no âmbito familiar.

Afirma-se, portanto, que a educação financeira constitui um instrumento essencial para o desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que possibilita a formação de cidadãos mais críticos, autônomos e aptos a tomar decisões responsáveis quanto à gestão de seus recursos. Dessa forma, torna-se compreendido que o tema continue sendo amplamente debatido e promovido no meio acadêmico, nas instituições de ensino e na sociedade em geral, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura financeira sólida e sustentável no Brasil.

Por fim, considera que o estudo contribuiu para o aprofundamento da compreensão acerca da relevância da educação financeira como ferramenta de transformação social. A reflexão sobre o tema reforça a importância de que os indivíduos desenvolvam competências financeiras desde a infância, favorecendo a construção de uma sociedade mais equilibrada, consciente e preparada para enfrentar os desafios econômicos contemporâneos. Espera-se que esta pesquisa sirva de incentivo para novas investigações e ações voltadas à democratização do conhecimento financeiro no país.

Dessa forma, conclui-se com a presente pesquisa que diante dos resultados apresentados, há muito o que se melhorar em questão de Educação Financeira e sua aplicação. Em que pese a crise tenha despertado o interesse em se aprender um pouco mais sobre como ministrar as finanças, os resultados em prática ainda estão precários.

No decorrer da construção deste trabalho, identificaram-se algumas limitações e dificuldades. A principal foi a escassez de estudos atualizados e de dados consolidados referente ao período pós-pandemia, o que restringiu uma análise mais abrangente sobre os impactos diretos das políticas públicas recentes. Além disso, a limitação temporal da pesquisa e a dependência de fontes secundárias dificultaram uma abordagem empírica mais aprofundada sobre a percepção da população em relação à educação financeira.

Considerando essas limitações, sugere-se para as futuras pesquisas aprofundem a investigações sobre a educação financeira pós pandemia em algumas regiões do Brasil para analisarem como foram impactadas pelas mudanças econômicas recentes. Sugere-se ainda que novos estudos adotem abordagens empíricas mais amplas, incluindo entrevistas, levantamentos de campo e análises comparativas entre faixas etárias, níveis de escolaridade e contexto socioeconômico distintos. Dessa forma, será possível enriquecer o entendimento sobre a efetividade das políticas públicas e das iniciativas educacionais, ampliando a compreensão dos desafios e potencialidades para o fortalecimento da educação financeira no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAUJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flavio Estevez. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**. Boa Vista Serviços. Disponível em: <https://share.google/d9lHvBh2PaY7OIRiV> Acesso em: 06 de out. de 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira/enef>. Acesso em: 22 set. 2025.

BOULLOSA, Fernanda Ramos; ARAÚJO, Gabriela Teles Matos de; VIEIRA, Simone Silva da Cunha. **Educação Financeira: Qual a importância e como Introduzi-la ao Público Jovem** Disponível em: [TRABALHO_COMPLETO_EV177_MD5_ID1154_TB514_24062022152643.pdf](#) . Acesso em 13 de out. de 2025.

BRAZILIENSE, Correio. **Brasileiro sabe "pouco" ou "nada" sobre finanças, mostra pesquisa da Febraban**. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/07/7207631-brasileiro-sabe-pouco-ou-nada-sobre-financas-mostra-pesquisa-da-febraban.html?utm_source=chatgpt.com#google_vignette. Acesso em 24 de out. de 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL, PEIC – . **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Disponível em: <https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>. Acesso em: 23 de out. de 2025.

BRASIL, Banco Central do. **Relatório Integrado 2020**. Disponível em: <https://share.google/1ZTv9EeAmxAZYTaj>. Acesso em 23 de out. de 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid – 19**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19>. Acesso em: 11 de nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19: o que é, causas, sintomas, tratamento e prevenção**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/covid-19>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BARONI, Ana Karina Cancian. **Educação Financeira no contexto da Educação Matemática: possibilidades para a formação inicial do professor**. 2021. 254f. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/8e14a805-00a2-4a51-86cf-6c0f6d19076d/content>. Acesso em: 07 de out. de 2025.

BÚSSOLA. **Falta de educação financeira aumenta desigualdade em era de instabilidade**. Exame. 15 de julho de 2022. Disponível em: <https://exame.com/bussola/falta-de-educacao-financeira-aumenta-desigualdade-em-era-de-instabilidade/>. Acesso em: 24 de out. 2025.

CAPITAL, Jera. **Da Antiguidade à Era Digital: A História do Planejamento Financeiro**. Disponível em: <https://jeracapital.com.br/da-antiguidade-a-era-digital-a-historia-do-planejamento-financeiro/> Acesso em: 02 de out. 2025.

CARVALHO, Borges de, J.; PEREIRA, de Souza, A. **Uma revisão integrativa sobre a importância da educação financeira considerando os reflexos da pandemia de covid-19**. Journal of Education Science and Health, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 01–11, 2023. DOI: 10.52832/jesh.v3i1.158. Disponível em: <https://bio10publicacao.com.br/jesh/article/view/158> . Acesso em: 23 out. 2025.

COSTA, Maria L. **Educação Financeira na Escola: desafios e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2021.

CNC— Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC): Perfil do endividamento anual 2023**. Brasília: CNC, 11 de jan. 2024. Disponível em: https://x.com/intent/post?text=%20https%3A%2F%2Fportaldocomercio.org.br%2Fpublicacoes_posts%2Fpesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-perfil-do-endividamento-anual-2023%2F. Acesso em: 24 de out. 2025.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luza Matos de. **Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2020.

EUCLIDES, Ribeiro. **A história não contada da educação financeira no Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.olhardireto.com.br/artigos/exibir.asp?id=12743&artigo=a-historia-nao-contada-da-educacao-financeira-no-brasil>. Acesso em: 07 de out. de 2025.

GODINHO, Rodrigo de Oliveira. **A OCDE em rota de adaptação ao cenário internacional: perspectivas para o relacionamento do Brasil com a Organização.** Brasília: FUNAG, 2018. 318 p. (Curso de altos estudos ; 820). ISBN 9788576317647.

IRIS MARIA OLIVEIRA DE SOUSA, WENNER GLAUCIO LOPES LUCENA. **Universidade Federal da Paraíba - UFPB Educação Financeira e Covid-19: Uma análise do desempenho dos alunos na II Olimpíada Brasileira de Educação Financeira durante a pandemia do coronavírus.** 2021. Disponível em: <https://share.google/8NONIVOTfW42KbwiH> Acesso em 24 de out. 2025.

KIYOSAKI, Robertt. LECHTER, Sharon L. **Pai Rico, Pai Pobre (Rich dad, Poor dad).** Disponível em: <https://www.eusoubud.com.br/baixe-aqui-os-livros-sobre-educacao-financeira/>. Acesso em 22 de setembro de 2025.

MELONIO, Lizandro da Conceição Costa, OLIVEIRA, Márcia Lima Santos de Cezere Wemerson de Castro. **Regressividade financeira: investigando o impacto econômico da pandemia do coronavírus COVID-19 na família brasileira.** Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento , [S. l.] , v. 10, n. 11, p. e55101119389, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i11.19389 . Disponível em: <https://bio10publicacao.com.br/jesh/article/view/158>. Acesso em: 23 out. 2025.

Ocde. (2013). **La educación financeira en América Latina y el Caribe: situación actual y perspectivas.** Ocde. Disponível em: https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/379/caf_12_educaci_n_financiera5.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 22 de setembro de 2025.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da Qualidade: Teoria e Prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PISETA, Ivan; CEOLIN Monalisa. **O que é a OCDE e quais são as relações com o Brasil?** Politize. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ocde-e-as-relacoes-com-o-brasil/>. Acesso em 16 de out. de 2025.

RACIUNAS, Carol. **45% dos brasileiros de 15 anos têm baixo desempenho na alfabetização financeira, diz OCDE.** CNN Brasil. 27 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/45-dos-brasileiros-de-15-anos-tem-baixo-desempenho-na-alfabetizacao-financeira-diz-ocde/>. Acesso em: 24 de out. 2025.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes. LARA, Ricardo. **O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório.** *Serviço Social e Sociedade*, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/By5gtMcMPFJ5V4qf5qKQrFw/?lang=pt>. Acesso em: 24 de out. 2025.

SOARES, Fabrício Pereira; MARCHITO, Emmanuely. Educação financeira no Brasil: uma análise da estratégia nacional para a educação financeira (ENEF) sob a ótica do processo de elaboração de políticas públicas. **Revista Vianna Sapiens**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 34, 2019. DOI: 10.31994/rvs.v10i2.581. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/581>. Acesso em: 06 de out. de 2025.

SOUZA, Árion Pedro de. **Expansão de crédito e o endividamento das famílias brasileiras**. 2019. 40f. Monografia (Bacharelado em Gestão Pública). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

SILVA, Daniel Neves. **"Crise de 1929"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/crise29.htm>. Acesso em 09 de outubro de 2025.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da Educação Financeira no Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 41 (6): p. 1121-1141, Nov/Dez, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>. Acesso em: 06 de out. de 2025.

SILVA, Priscila de Oliveira e; MAZZI, Lucas Carato. **Uma trajetória histórica da Educação Financeira: da OECE até a nova ENEF**. Educação Matemática Debate. 2024. Disponível em: <https://share.google/tfe7kWKWsl1noKvcX> . Acesso em:06 de out. de 2025.

SOUZA, Carlos A.; PEREIRA, Juliana M. **Educação financeira e endividamento das famílias brasileiras: desafios contemporâneos**. Revista Brasileira de Educação e Economia, v. 9, n. 2, p. 44–61, 2023.

VIEIRA, Glauciane Silva; PESSOA, Cristiane Azevêdo dos Santos. **Educação Financeira pelo mundo: como se organizam as estratégias nacionais?** Educação Matemática Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 658-688, maio/ago. 2020.